

A “Crise dos criados” ou a “Questão da famulagem”: o serviço doméstico sob a ótica de cronistas cariocas no início do século XX

Flavia Fernandes de Souza^a

Resumo

O objetivo deste trabalho é recuperar algumas crônicas que abordaram o serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro, as quais foram publicadas na imprensa na virada do século XIX para o século XX. Particularmente, trata-se de analisar três crônicas produzidas por Arthur Azevedo, João do Rio e Lima Barreto nos primeiros anos do século XX. Propõe-se, então, refletir sobre a forma como a questão do trabalho e dos trabalhadores domésticos, que ganhava cada vez mais espaço nas discussões de determinados grupos sociais, foi veiculada na imprensa e tratada por alguns segmentos da intelectualidade carioca em um contexto marcado por profundas transformações sociais advindas, especialmente, do fim da escravidão e da emergência da modernidade na sociedade brasileira.

Palavras-chave: *serviço doméstico; crônicas e cronistas; cidade do Rio de Janeiro; entre séculos XIX-XX.*

Recebido em: 09/01/2018

Aceito em: 15/05/2018

^a Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora da rede pública de ensino do Município de Itaboraí / RJ; E-mail: flaviasza@yahoo.com.br.

[...] A consciência daquela tarefa o fazia esquivo a ocasiões e aparências. Na época que lhe coube viver, nada lhe está mais próximo da ‘tarefa’ do herói antigo, dos ‘trabalhos’ de um Hércules, do que a que se impôs a si mesmo como sua: dar forma à modernidade.

Walter Benjamin a respeito de Charles Baudelaire
(BENJAMIN, 1989, p. 80).

O serviço doméstico nas páginas da imprensa carioca

Desde a década de 1880, a prestação de serviços domésticos, realizada pelos chamados “criados de servir”¹, tornou-se um tema recorrente nas discussões realizadas por representantes dos poderes municipais e imperiais (e, posteriormente, republicanos), autoridades policiais, homens públicos, setores senhoriais/patronais, trabalhadores e diversos indivíduos (como advogados e agenciadores de trabalhadores). De modo geral, o serviço doméstico se inseriu na pauta dos assuntos que demandavam atenção dos poderes públicos na medida em que passou a ser considerado um problema social, que precisava ser solucionado. Em documentos que circularam na Câmara Municipal (na República, Intendência e, logo depois, Conselho Municipal) eram comuns, por exemplo, referências ao “estado lamentável” de “desorganização” e de “desmoralização” em que se encontrava a prestação de serviços domésticos na cidade².

Nesse contexto, a necessidade de implementação de regulamentos para o exercício da profissão de criado(a) doméstico(a) foi, com frequência, abordada. Até meados da década de 1890, vários projetos de regulamentação do serviço doméstico foram elaborados e/ou discutidos por vereadores e intendentess, com o envolvimento de autoridades policiais, conselheiros de Estado e representantes do poder central³. Tais propostas de regulamentos tinham por base o estabelecimento de regras para organização e o funcionamento da prestação de serviços pelos criados domésticos na cidade do Rio de Janeiro. E, em geral, esses projetos se orientavam em dois sentidos: por um lado, como defendiam seus legisladores, os regulamentos constituiriam uma espécie de mediação pública para as relações de trabalho estabelecidas entre patrões e empregados domésticos; e, por outro lado, as propostas de regulamentação teriam a função de controle social, visando

¹ As notas encontram-se ao final do artigo.

uma maior supervisão e fiscalização do poder público sobre aquele setor ocupacional.

Nesse caso, o cerne das tentativas para regular o trabalho doméstico encontrava-se na obrigatoriedade dos criados de se inscreverem em uma espécie de registro geral – em alguns casos, sob as penas de multa ou de prisão para aqueles que descumprissem as normas previstas nos regulamentos. Ou seja, previa-se a criação de uma matrícula que deveria ser realizada em órgão determinado para tal fim, de modo que o(a) criado(a) possuísse uma “caderneta de identificação”, sem a qual não seria permitido executar seus serviços na capital e a partir da qual ele(a) seria supervisionado(a) pelo poder público e pelos amos, sobretudo nos momentos da admissão e da demissão dos empregos. E era em função desta determinação que se concentrava grande parte dos debates que envolveram o processo de tentativas para regular as relações de trabalho doméstico naquele período.

Em linhas gerais, o tema da regulamentação era entendido como uma necessidade que fora imposta pela abolição da escravidão. Na verdade, a escravidão era sempre evocada nas reflexões de contemporâneos acerca do propalado estado de desordem do serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro na pós-emancipação. Fosse isso feito de modo a justificar o caráter dos trabalhadores domésticos – em grande parte libertos e estrangeiros –, vistos como sendo pessoas “viciadas”, “desonestas”, “imorais” e que cometiam toda sorte de crimes, como “roubos”, “especulações” e “depravações”⁴. Fosse a associação feita com a extinção do cativo uma forma de evidenciar o imperativo, colocado para patrões e representantes do poder, de criação de formas de controle de setores do universo do trabalho que possuíam um vínculo histórico com a escravidão. Nesse caso, em um cenário onde se temia pelos “fantasmas da desordem” (CHALHOUB, 2001, p. 49-50), em muitos discursos da época, a “regulamentação do serviço doméstico” aparecia como alternativa complementar para a repressão à ociosidade e à vadiagem e como um instrumento disciplinador dos trabalhadores domésticos.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a criação de instrumentos reguladores da prestação de serviços domésticos no então Distrito Federal continuou a ser problemática importante para determinados grupos sociais, em especial

entre os setores dirigentes e dominantes. Apesar de um decreto de 1896 criar a matrícula geral para o setor, as tentativas para regular as atividades dos trabalhadores domésticos continuaram sendo efetuadas. Isso porque o regulamento aprovado não foi, efetivamente, posto em prática, devido às resistências manifestadas, em especial por parte da criadagem da cidade, e à falta de medidas práticas e aos limites nas atribuições dos poderes públicos envolvidos para colocá-lo em vigor⁵. E, não por acaso, o serviço doméstico permaneceu como tema de debates e ganhou, progressivamente, espaço na imprensa carioca, incluindo as primeiras páginas dos principais jornais que circulavam na capital⁶.

Ainda que a estrutura da prestação de serviços domésticos e a atuação dos criados de servir na cidade do Rio de Janeiro fossem questões presentes nos periódicos desde as últimas décadas do século XIX, foi nos anos 1900 e 1910 que o assunto parece ter, realmente, conquistado os espaços impressos⁷. Assim, no início do século XX variados artigos, notícias e charges publicadas sobre o serviço doméstico circularam nas páginas de grandes periódicos, como *O Paiz* e *Correio da Manhã* (GARZONI, 2012). Em boa parte deste material, destacava-se o fato de que haveria uma “crise na domesticidade”, que fora imposta pelas transformações desencadeadas no mundo do trabalho com a abolição da escravidão. Entre as discussões mais frequentes estavam àquelas ligadas ao numeroso percentual de criminosos entre os trabalhadores domésticos que atuavam na cidade e à alta rotatividade dos criados nos domicílios – que, além de não realizarem o seu trabalho da forma esperada pelos patrões, não permaneciam nos empregos por muito tempo e faziam muitas exigências, principalmente no que se refere às condições de trabalho⁸.

Sendo os jornais no entre séculos XIX-XX espaços que abrigavam grande parte da produção intelectual do período, em especial as de caráter literário, o tema do serviço doméstico apareceu com frequência em crônicas, contos e romances – alguns publicados como folhetins em jornais de grande circulação. Como afirma Sônia Roncador, “emergem nesse contexto várias críticas em crônicas jornalísticas, manuais para donas de casa e obras de ficção sobre a incompetência dos domésticos, assim como a indolência, o desleixo, a falta de humanidade, a sujeira e o desperdício material ‘próprios’

dessa categoria". Um exemplo disso pode ser encontrado na produção da escritora Júlia Lopes de Almeida (1863-1934)⁹, que desde suas primeiras publicações, teve nos empregados domésticos personagens destacados (RONCADOR, 2008, p. 18).

Segundo Sônia Roncador, como intelectual atenta aos debates de seu tempo e interessada em propor soluções para os problemas sociais existentes – tal como as “crises decorrentes da modernização da vida doméstica” –, a escritora Júlia Lopes de Almeida acabou por contribuir para a construção literária dos domésticos, “precisamente no período em que a categoria emerge no país” (RONCADOR, 2008, p. 19). Contudo, compartilhando de um ideário comum na época, Almeida reproduziu em suas obras muitas das imagens negativas acerca dos trabalhadores que atuavam nos domicílios. Os criados e as criadas tenderam a ser vistos pela escritora como portadores de vícios morais e doenças contagiosas. Daí o esforço de Almeida em elaborar narrativas de conduta, como manuais domésticos. Tratava-se, de certa forma, do “uso estratégico” dos estereótipos das criadas (“vistas como sujas, criminosas, lascivas, supersticiosas e doentes” e como obstáculos para o “processo de aburguesamento da vida doméstica que se queria impor na modernidade”), visando à formação das mulheres burguesas. Estas deveriam ser o contraponto necessário, ou seja, donas de casa e patroas exemplares. De acordo com Roncador, em uma leitura do conjunto da obra de Júlia Lopes de Almeida “pode-se observar um compromisso com o mesmo projeto pedagógico, como se sua obra se dirigisse a um público feminino ao qual se quisesse transmitir os valores, os costumes e as responsabilidades à mulher na sociedade moderna brasileira” (RONCADOR, 2008, p. 28).

Se, como demonstrou Sônia Roncador, as obras de Júlia Lopes de Almeida constituem um dos mais evidentes exemplos das produções intelectuais, que elegeram como tema central o trabalho e os trabalhadores domésticos, isso não significa que outros intelectuais cariocas¹⁰ não tenham tratado do tema. Na verdade, ao longo de todo o período chamado de pós-abolição, em que esteve acesa a discussão sobre a “regulamentação do serviço doméstico”, conhecidos cronistas atuantes no espaço público da cidade do Rio de Janeiro publicaram na imprensa textos sobre o assunto¹¹.

As crônicas sobre o serviço doméstico

Como afirma Beatriz Resende, “há entre a cidade do Rio de Janeiro e a crônica, como gênero literário, uma relação longa, apaixonada, uma relação toda especial”. E foi durante a Primeira República, em um período de intensas transformações na cidade, que as crônicas publicadas em jornais e revistas ganharam popularidade, adquirindo até mesmo certo poder de influenciar a vida urbana e as decisões dos representantes do governo (RESENDE, 1994, p. 39-40)¹². Nessa época, os cronistas da cidade procuravam não só contemplar e comentar, hábitos, costumes e acontecimentos do cotidiano – sintetizadores de profundas mudanças e de muitas permanências na sociedade brasileira, sobretudo na capital do país –, como também buscavam opinar, influenciar e refletir sobre eles. Sendo assim, não por acaso, diversas crônicas sobre o “serviço doméstico” – que era um dos temas de interesse público na atualidade – foram publicadas na imprensa¹³.

No ano de 1893, enquanto novas tentativas de aprovação de um regulamento para o serviço doméstico foram empreendidas no Conselho Municipal, inúmeras crônicas sobre o assunto apareceram em conhecidos jornais da cidade. Em abril daquele ano, a *Gazeta de Notícias* apresentava na sua coluna dominical “A Semana” uma crônica de Machado de Assis¹⁴, em que a questão da regulamentação era tratada. O já conhecido intelectual brasileiro destacava os esforços empreendidos pelos representantes municipais e, inicialmente, dava seu apoio ao Conselho Municipal para “reformular o serviço doméstico” na capital. Contudo, logo em seguida, Machado de Assis ironizava, dizendo que apoiava, “embora os balanços da fortuna possam levar-me algum dia a servir, quando menos, o ofício de jardineiro”. E explicava: “enquanto, porém, não me chega o infortúnio, quero o regulamento, que é muito mais a meu favor do que a favor do meu criado” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, p. 1)¹⁵.

Machado de Assis explicitava, na verdade, um panorama dos embates envolvidos no processo de tentativa de regulamentação do serviço doméstico, afirmando que “a legislação, como a vida, é uma luta”. Analisando o regulamento proposto ao conselho de intendentess municipais¹⁶, dizia que o projeto “tem coisas excelentes; entre outras, o art. 18, que manda

tratar os criados com bondade e caridade” [...] “Outra disposição que merece nota, é a que respeita os atestados passados pelo amo em favor dos criados”. Mas, logo depois, indicava o que – em uma ironia típica do autor¹⁷ – para ele, seriam problemas:

[...] Que tenha defeitos, admito. Assim, por exemplo, o art. 19 obriga amo e criado a darem parte à polícia dos seus ajustes, sob a pena de pagar o amo trinta mil réis de multa e de sofrer o criado cinco dias de prisão; isto é, ao amo tira-se o dinheiro, e ao criado ainda se lhe dá casa, cama e mesa. É irrisório; mas pode emendar-se. Quando os criados fizerem os regulamentos, não creiam que sejam tão benignos com os amos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, p. 1).

Em perspectiva diferente de Machado de Assis, que tratou do tema do serviço sob o âmbito da regulamentação, cujo debate, como ele mesmo indicou, se dava em um terreno mais favorável aos patrões, em outras crônicas os criados costumavam ser vistos de maneira muito negativa. Na realidade, a criadagem, na maioria das vezes, era apresentada nos impressos a partir de suas supostas deficiências morais e excessiva liberdade para fazerem o que quisessem e para tirar vantagens em todas as ocasiões.

Esse foi, por exemplo, o tom de outra crônica publicada no mesmo ano de 1893. Em setembro, uma série de oito crônicas assinadas pelo cronista Gil¹⁸, sob o título *Os fâmulos*, foi publicada na popular folha *Cidade do Rio*¹⁹. Como o próprio título sugere, o cronista apresentou uma análise da situação da prestação de serviços domésticos, abordando o tema dos criados de acordo com suas especialidades (cozinheiros, lavadeiras, criadas de quarto, copeiros, amas secas, amas de leite). Contando episódios que lhe teriam acontecido ou a conhecidos seus, o cronista Gil desenhou um quadro profundamente pessimista acerca do serviço doméstico na cidade. Mesmo ressaltando que é possível encontrar alguns bons criados, que “compensam os outros” – no caso das amas de leite, Gil afirmava que “nem todas são ruins” –, a conclusão a que o leitor da série podia chegar era a de que os criados, além de possuírem “pouco amor ao trabalho” – segundo o cronista, um “traço característico da classe” –, seriam entre outras coisas, bêbados, desonestos, preguiçosos, ignorantes, fofoqueiros, desobedientes, desleixados, mentirosos, rixosos e ladrões.

O serviço doméstico persistiu, assim, como tema atual de interesse geral e como ponto de polêmica ao longo dos primeiros anos do século XX, tendo sido objeto de várias crônicas, cujos autores eram conhecidos pelo público carioca. E se em algumas dessas crônicas foram ao encontro de formas já comuns de abordagem da questão, ou seja, atestando-se que havia problemas na prestação dos serviços domésticos e que era necessária a intervenção das autoridades públicas; outras questionavam a maneira como se encaminhavam as discussões e problematizavam, até mesmo, o sentido da propalada regulamentação.

O primeiro exemplo a ser citado nesse caso encontra-se n’*O Paiz*, na edição de 25 de janeiro de 1904, em uma crônica assinada por Arthur Azevedo²⁰, sob o título *Serviço Doméstico*. Neste texto, Azevedo começava dizendo que, há alguns dias, “um rapaz inteligente, ativo, aseado e fiel”, “paciente e afetuoso para com [s]eus filhos”, que esteve ao seu serviço nos últimos meses, havia avisado que estava indo embora, “porque tinha encontrado melhor emprego noutra parte”. O cronista relata o susto e a indignação que o tomaram quando esse “fâmulo”, com quem estava satisfeito – “uma pérola dos criados de servir”, segundo Azevedo, e para quem foi um bom patrão, dedicando-lhe “toda a afabilidade” – abandonou o emprego “da noite para o dia”, sem aviso prévio e sem maiores justificativas. E dizia que, desde então, começou a dar mais atenção à regulamentação do serviço doméstico – coisa que não tinha feito anteriormente por não ter passado pelas dificuldades que agora ele via ser comum. Por isso, pedia agora – em tom de sutil ironia ou crítica – ao Prefeito Pereira Passos que tomasse providências sobre o assunto.

Na manhã seguinte, quando não tive a horas o meu café, nem o meu banho, nem o meu calçado, lembrei-me de que a regulamentação do serviço doméstico é uma das medidas que se impõem com mais urgência aos nossos poderes municipais. [...] Agora que temos um prefeito municipal desejoso de bem servir, agora que, graças a sua benemérita iniciativa, tantos melhoramentos se projetam, [...] é mais que tempo de cuidar seriamente daquele assunto, que tanto interessa à população, e, digamo-lo, à sociedade (*O PAIZ*, 1904, p. 1).

Segundo Arthur Azevedo, sendo igualitário, “por natureza e educação”, ele entrava na discussão “com o espírito mais liberal que possa haver”. Dizia que: “não há quem sinta, mais do que eu, o haver neste mundo homens que as circunstâncias colocam em condição inferior a outros homens; quisera que todos estivessem na mesma plana e se servissem igualmente uns dos outros”. Contudo, salientava que, para mudar essa situação, pouco poderia fazer, além de tratar, como fazia, os seus subordinados com respeito. Afinal, na sua visão, “que querem?”, o mundo já estava feito – naqueles parâmetros desiguais, diga-se de passagem – e ele não tinha “a pretensão de reformá-lo”. Para Azevedo, a regulamentação do serviço doméstico deveria “ser feita em bases que não repugnem ao espírito de justiça”. Então dizia:

Se a lei obrigar os criados a terem caderneta, a mesma obrigação deve ser imposta aos patrões. Se nenhum criado se puder contratar sem primeiramente provar que tem sido um bom criado, nenhum patrão poderá contratá-lo sem primeira provar que tem sido um bom patrão. [...] Salvaguardem-se [sic], de parte a parte, os direitos de cada um, estabeleçam-se claramente os deveres recíprocos, protejam-se igualmente o patrão e o criado, o forte e o fraco, mas faça-se uma lei tão necessária, é que tão de perto interessa ao bom funcionamento da nossa máquina social (*O PAIZ*, 1904, p. 1).

O cronista, portanto, ao discorrer sobre o serviço doméstico retomava o argumento da necessidade – e até mesmo urgência – de se regular a atividade dos trabalhadores domésticos. Colocava-se favorável às medidas propostas, como a adoção da caderneta de identificação dos criados de servir, afirmando ser “natural, naturalíssimo que eu saiba quem meto em casa”. Mas parecia defender que os projetos de regulamentação do serviço doméstico estabelecessem normas igualitárias para amos e criados. Assim, Azevedo era a favor de que maiores exigências fossem feitas, igualmente, aos patrões. Afirmava: “estou pronto a dizer ao meu criado quem sou, de que recursos disponho para retribuir pecuniariamente o seu trabalho, e até, à falta de outro documento que o satisfaça, apresentar-lhe a minha folha corrida” (*O PAIZ*, 1904, p. 1).

Todavia, se por um lado, Arthur Azevedo mostrava-se mais “liberal” em relação ao tema, por outro lado, o cronista não deixou de fazer algumas das mais comuns associações

no que se refere aos supostos problemas do serviço doméstico na capital do país. Em primeiro lugar, o autor dedicou uma pequena parte da sua crônica para lembrar-se do tempo de infância, quando a escravidão vigorava e os domésticos – incluindo os que lhe serviram – eram, em sua maioria, escravizados.

Na minha infância, em casa do meu pai havia um escravo, o Matheus, que andava comigo ao colo; que se ajoelhava e se punha as mãos no chão para que eu andasse por toda a casa, montado nele, como se fosse um cavaleiro, e ele um cavalo; que me embalava na rede, contando-me histórias de fadas e lobisomens; que aturava de cara alegre e perdoava, com uma generosidade sublime, todas as minhas impertinências de criança.

Vim da minha província, aos 18 anos de idade, e lá o deixei. Mais tarde, quando se formou no meu cérebro um ideal de justiça, isto é, quando comecei a sofrer, lembrei-me dele com um sentimento esquisito, feito de remorsos e de saudades. Mandei buscá-lo. Não veio porque tinha morrido. Se viesse teria o tratado em minha casa como se fosse meu pai [...] (O PAIZ, 1904, p. 1).

Lembranças como essas da época em que a escravidão era parte do cotidiano doméstico costumavam aparecer nas análises sobre o trabalho doméstico no início do século XX, constituindo-se, pode-se dizer, um tópico do tema. No caso se Arthur Azevedo – defensor de ideias abolicionistas –, tais recordações vinham acompanhadas “com um sentimento esquisito, feito de remorsos e de saudades”. Mas ainda assim em suas memórias parece estar presente a ideia de que no passado as coisas eram melhores no que se refere às relações de trabalho. Ao que parece, na perspectiva de Azevedo, havia mais familiaridade – Matheus andava com ele no colo, brincava e contava-lhe histórias – e atitudes mais servis – afinal, o escravo, “de cara alegre” e com “generosidade sublime”, aturava e perdoava as impertinências infantis do senhorzinho.

Se, ao tratar do “serviço doméstico”, as relações de trabalho estruturadas em laços escravistas foram ressaltadas, ao final da crônica, Arthur Azevedo retomou outro frequente argumento utilizado por aqueles que defendiam a regulamentação: os riscos de se contratar um(a) criado(a) que roubasse a casa dos patrões, tendo em vista o numeroso conjunto de vadios e criminosos existentes na cidade naquele contexto. De

acordo com Azevedo, “a nossa capital está, desgraçadamente, infestada de indivíduos de má vida, nacionais e estrangeiros, homens e mulheres, que, sob o pretexto de procurar trabalho honesto, se introduzem nas casas para roubar à vontade”. Daí a importância dos registros e do uso de cadernetas pelos criados: “uma simples caderneta não será talvez a providência definitiva e suprema; entretanto, facilitará, creio, o caminho para uma solução mais radical, e fará com que a escolha de um criado de servir deixe de ser, no Rio de Janeiro, um problema tão difícil [...]” (*O PAIZ*, 1904, p. 1).

Pode-se dizer que a associação entre criados e criminosos fez parte de certo repertório de ideias que circulavam em debates sobre o serviço doméstico e mundo do trabalho urbano. A visão do trabalhador doméstico como um “criminoso em potencial” foi recorrente em discursos de grupos intelectuais e dirigentes do final do século XIX e do início do século XX. Na verdade, essa foi uma das bases em que se sustentaram as discussões acerca da necessidade da regulamentação ao longo daquele contexto. A proposição do uso de cadernetas de identificação relacionava-se diretamente a esse princípio de “suspeição generalizada”²¹ em relação aos trabalhadores domésticos. Os requisitos exigidos para a matrícula dos criados, previstos nos projetos de regulamentos municipais, tinham uma estrutura comum em procedimentos de identificação criminal – característicos de um momento de cientificização da polícia (CUNHA, 2002) –, pois previam averiguações que envolviam a descrição de traços físicos e de “sinais característicos”, além da exigência de atestados de conduta e de antecedentes criminais. Como afirmou o intendente autor do projeto discutido no Conselho em 1895, um dos objetivos da regulamentação era ser um instrumento auxiliar da Polícia na identificação e na captura de criminosos (*ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL*, 1895, p. 84-85).

Não obstante, como já se sabe, desde os últimos decênios do século XIX, tal associação entre criados e criminosos ou entre o trabalhador doméstico e alguém que oferece problemas e perigos, não se restringiu aos espaços do poder, estando presente também nos círculos intelectuais e em suas produções – fossem estas análises de contexto ou trabalhos literários e científicos²². Um exemplo claro disso encontra-se em uma

crônica de João do Rio²³, publicada originalmente no jornal *A Notícia*, em 12 de dezembro de 1909²⁴. Com o título *As 96 – carta sobre um suplício moderno e carioca*, João do Rio apresentou uma longa reflexão acerca do serviço doméstico na capital do país no início do século XX. O texto se inicia com uma carta, que o cronista afirma ter recebido de uma leitora. Na missiva, uma dona de casa relatava para uma amiga que estava de viagem marcada com a família e que um dos motivos de tal deslocamento era um “problema insolúvel” pelo o qual ela vinha passando e que, segundo ela, alcançava outros lares cariocas. Tratava-se do “angustioso problema dos criados”.

De acordo com o relato, ao longo dos meses de janeiro a novembro de 1909 a dona de casa teve 96 criadas, encontradas por meio de anúncios, casas de comissão, exploradores particulares, inspetoria de imigração, nos subúrbios e na roça. Todas as criadas que lhe bateram a porta não teriam permanecido por mais que uma semana no emprego, em uma média de “uma criada para cada dois dias”. Eram, segundo a dona de casa, “italianas, espanholas, húngaras, inglesas, francesas, mulatas, pretas, brancas”. E apesar de dizer ser um “enigma” o porquê de nenhuma permanecer em seu lar, a autora da carta deixava evidente que uma das principais causas de tal rotatividade de empregadas era que as criadas contratadas não executavam bem os serviços e apresentavam muitas exigências no que se refere às condições de trabalho (JOÃO DO RIO, 1911, p. 99-105).

Logo em seguida à exposição da carta, João do Rio apresenta uma análise da situação da prestação de serviços domésticos na cidade do Rio de Janeiro e, para isso, atestava que havia “uma crise dos bons criados”. Segundo o cronista,

[...] Não há servidores domésticos nem mesmo regulares. Os cozinheiros são atrozes, as cozinheiras são indescritíveis, os copeiros ignoram por completo o seu ofício, as damas de companhia, as mucamas, as criadas de quarto não têm qualitativos quanto ao cumprimento de sua obrigação. Ha, porém, mais. Cozinheiras e cozinheiros são bêbados e ladrões, copeiros são gatunos, denunciadores, criminosos vulgares, a criadagem feminina participa de todos os vícios e de todos os desequilíbrios. As queixas à polícia são constantes. Um dos maiores problemas de um dono de casa, com a incúria geral, é escolher um criado depois de procurá-lo muito (JOÃO DO RIO, 1911, p. 105-106).

E prosseguia dizendo:

[...] O criado entra para uma casa sem carteira, sem informação, sem indagações. Exige várias cousas. O patrão nada exige; porque então não veria criados. Tem um copeiro que não sabe servir à mesa, mas lhe pede dinheiro adiantado; tem um cozinheiro inaudito que, além de queimar a comida e insultá-lo na cozinha, exige vinho às refeições e almoço tarde, porque não se levanta antes das 9 horas da manhã. Isso, porém, é o ideal – porque pode ter um ladrão, o membro de uma quadrilha de salteadores, um assassino, o que é evidentemente mais que as mais absurdas exigências. E apesar das exigências e dos perigos, a maior angústia de quem precisa de criados é obtê-los e conservá-los, mesmo por curto espaço de tempo (JOÃO DO RIO, 1911, p. 106).

Como se faz notar, João do Rio primeiramente associava a “crise dos criados” ao fato de que os trabalhadores domésticos, nas suas diversas especialidades, se mostravam inábeis para executar os serviços esperados e agressivos com os patrões, além de agirem de má fé, participando “de todos os vícios e desequilíbrios”. Logo em seguida, o cronista fazia referências às exigências feitas pelos criados, que iam desde pequenas “liberdades” – como “vinho às refeições e almoço tarde” –, até as condições de trabalho – como o horário de início das atividades ou adiantamento do ordenado. Ao que tudo indica, João do Rio construía uma imagem dos criados como trabalhadores incapazes, preguiçosos e que buscavam, de qualquer maneira, tirar vantagens e dar prejuízos aos patrões e suas famílias. Isso para além do fato de que em alguns casos extremos, criados e criadas poderiam ser ladrões e ladras, integrantes de quadrilhas e assassinos. Para aquele conhecido cronista carioca, pois, os trabalhadores domésticos eram pouco afeitos ao trabalho e, em sua maioria, perigosos.

A leitura do tema do trabalho doméstico feita por João do Rio, então, partia do pressuposto da depreciação daquele setor de trabalho que seria, em sua opinião, constituído por indivíduos degenerados e inferiores – o que incluía, até mesmo, uma perspectiva racial. Nessa visão negativa e estigmatizante elaborada pelo cronista sobre a categoria dos trabalhadores domésticos parecia haver também certa correspondência entre os criados e as chamadas “classes perigosas”²⁵. Todavia, para João do Rio, a tal crise, oriunda das deficiências dos trabalhadores, era fruto de “uma questão econômica e uma questão social”. E

nesse sentido, em sua análise, grande parte da degeneração e da periculosidade que se disseminava entre o setor de trabalho doméstico teve suas origens em processos históricos recentes.

[...] Ha penúria de criados? Não havia há vinte e cinco anos. Mas há vinte e cinco anos tínhamos escravos. O criado tinha por ideal agradar e acabava fazendo parte da família, sem vencimentos. [...] Mas fez-se a corrente imigratória. [...] Um desencadear de apetites, de desejos, de vontades irrompeu. [...] E o problema ficou nitidamente traçado. De um lado os criados negros que a abolição estragou dando-lhes a liberdade. Inferiores, alcoólicos, sem ambição, [...] são torpemente carne para prostíbulos, manicômios, sarjetas, são o bagaço da canalha. De outro, os imigrantes, raças fortes, tendo saído dos respectivos países evidentemente com o desejo sempre incontentado de enriquecer cada vez mais, e por consequência, transitórios sempre em diversas profissões [...] (JOÃO DO RIO, 1911, p. 107-108).

Ao ressaltar o fim da escravidão como marco fundador da “crise dos criados”, João do Rio retomava o velho argumento de que a “desorganização” e “desmoralização” do serviço doméstico fora causada pelo rompimento dos laços escravistas entre amos e criados. Com o fim do cativeiro, os criados libertos – ao contrário dos escravos – poderiam ter mais liberdade para procurar outros empregos, não se vinculando por longo tempo a um mesmo lar; bem como poderiam buscar estratégias de negociações visando algumas melhorias nas condições de trabalho. Além disso, o contexto de fim da escravidão coincidiu com o aumento das levas de imigrantes europeus que vinham para o Brasil, dentre os quais existia um percentual considerável de trabalhadores que se inseria no mercado de trabalho urbano, inclusive na prestação de serviços domésticos.

No entanto, se João do Rio, argutamente, percebe as mudanças que ocorriam no mundo do trabalho doméstico com a abolição da escravidão, ele também apresenta um olhar eivado de ideias pré-concebidas acerca dos seus trabalhadores e que faziam parte dos temores e das preocupações de grupos sociais dominantes e dirigentes do período. Nesse caso, pode-se lembrar de que nos momentos em que a escravidão esteve ameaçada e, de fato, chegou ao fim, foram vários os discursos formulados por proprietários escravistas, representantes do poder e intelectuais acerca do suposto estado de desordem social que poderia advir do término do sistema escravista.

Os libertos foram alvos privilegiados, sendo considerados indivíduos despreparados para viver em sociedade, por possuírem um caráter que fora degenerado pelo cativo e pela própria “raça” negra e mestiça – “incapaz de resistir e hoje cada vez mais inútil”, na perspectiva de João do Rio. E a partir desses mesmos fundamentos ideológicos poderiam ser pensados os imigrantes, como o fez o cronista, que apesar de pertencerem às “raças fortes” e serem morigerados, “eram bárbaros rurais, ávidos de dinheiro, de gozo, de satisfações pessoais, ignorantes e querendo ganhar” (JOÃO DO RIO, 1911, p. 108).

Nesse caso, João do Rio parece ter compreendido um dos principais elementos das transformações que ocorriam nas relações sociais no Brasil do século XIX, que era a construção de uma nova ética de trabalho. Sabe-se que com o fim da escravidão era necessário forjar novas bases para a formulação de uma ideologia burguesa de trabalho que legitimasse a exploração dos trabalhadores livres. Afinal, como afirma Sidney Chalhoub, “o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador, característicos de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo” (CHALHOUB, 2001, p. 65). Contudo, como salienta Magali Engel, “não se tratava, simplesmente, de opor à ideia de trabalho como um mal – como castigo, porque associado à escravidão – a percepção do trabalho como sinônimo de liberdade e, portanto, um bem, elemento indispensável para se alcançar a prosperidade e a cidadania”. Deste modo, se a remissão e a valorização do trabalho poderiam estar presentes nas produções intelectuais do período, críticas à ideia de ascensão social pelo trabalho honesto e competente – “um dos pilares da ética burguesa do trabalho” – também foram feitas. E esse parece ter sido o caso de João do Rio (ENGEL, 2004, p. 11-12).

Na crônica sobre a crise dos criados, são várias as passagens em que João do Rio percebe aspectos da nova organização social que já se esboçava. Daí, por exemplo, a sua crítica ao arrivismo e ao poder do dinheiro, que pode ascender alguns indivíduos oriundos de classes sociais “baixas”. Quando tratava dos imigrantes, esse posicionamento é bem claro:

Imigrantes, chegados sem roupa e sem níquel, são milionários. É perigosíssimo julgar que um desses homens em mangas de camisa não seja amanhã riquíssimo. O espírito

que obriga ao nivelamento social e transforma o imigrante num insolente audaz, sapateando sobre as distancias mundanas, é uma secreta indicação da Fatalidade [...] (JOÃO DO RIO, 1911, p. 109).

E no que se refere aos trabalhadores domésticos, João do Rio, lamentava:

[...] Na Europa o criado é criado sempre. Nos países novos, o criado é criado de passagem. Amanhã o seu copeiro é dono de companhia, o seu cozinheiro tem um hotel, a sua criada de quarto é *cocotte*. [...] Aperto, de resto, a mão aos cocheiros, aos motoristas, ao meu criado de quarto, aos garçons de restaurante. Todos são meus iguais sociais em breve, elevados pelo dinheiro [...] (JOÃO DO RIO, 1911, p. 110).

A posição de João do Rio, diante das mudanças sociais que se esboçavam parecia ser de crítica à “lógica do capital”, que se por um lado gerava novas formas de desigualdades e exclusões sociais, por outro fazia com que se perdessem muitas das antigas tradições. Sob esse aspecto, o cronista parecia se mostrar nostálgico, e em alguns momentos, extremamente, aristocrático e conservador. Esse era o caso de quando, por exemplo, lastimava o declínio das hierarquias e posições sociais pautadas no nascimento, nos laços de dependência ou na educação. Pensando no caso dos trabalhadores domésticos no início do século XX, João do Rio considerava os agravantes da “transitoriedade” da condição de criado(a):

O caráter transitório de criado é ainda acentuado pelo sentimento de orgulho dos servos modernos. A dependência domestica humilha-os, ofende-os. Daí colocarem-se como inimigos. O dono de casa é um general em cidade pilhada e vencida. Os criados limitam-se estritamente às suas funções, não tem alma, não tem sentimentos, riem, troçam dos patrões, falam mal deles na vizinhança, roubam-nos com descaros, exigem sempre. E não os tratam senão pelo nome: D. Fulana; Sr. Cicrano. [...] Foi preciso ir à Europa, para ouvir com um tom humilde e doméstico um homem murmurar: Sim, meu senhor. [...] (JOÃO DO RIO, 1911, p. 111).

Para João do Rio, esse era um problema que não afetava apenas o Brasil, mas todos os “países novos”, como os Estados Unidos e a Argentina. Dizia que aqui a “crise social dos criados” seria uma prova “do progresso geral e da alma imperialista e bárbara do futuro brasileiro, que em todas as cousas que ser o chefe”. Uma característica que fazia com que não houvessem

mais verdadeiros criados, mas sim “homens transitariamente empregados ao serviço dos outros, enquanto não arranjam cousa melhor”. E concluía a crônica em tom pessimista: “Quaisquer que sejam as medidas municipais e policiais a respeito, o mal só tende a aumentar. Dentro de dez anos, os criados – ainda os haverá no Rio?” (JOÃO DO RIO, 1911, p. 112).

Contrariando, a dúvida de João do Rio, alguns anos depois, em 1915, ainda existiam numerosos criados na cidade e permaneciam as discussões sobre a necessidade de se regular o serviço doméstico. E não por acaso, Lima Barreto²⁶, outro conhecido cronista carioca, publicou, no jornal *Correio da Noite*, em 15 de janeiro de 1915, uma pequena crônica sobre o assunto, com o título *Conhecem?*. Assim, Lima Barreto começava o seu texto questionando: “por que regulamentar-se o exercício da profissão de criado? Por que obrigá-los a uma inscrição dolorosa nos registros oficiais, para tornar ainda mais dolorosa a sua situação dolorosa? Por quê?”. Segundo Lima Barreto, esse era um assunto “por demais eloquente e pernicioso”. Primeiramente, para ele, as justificativas para a promulgação de um regulamento para a categoria dos domésticos, que faziam referências à entrada de ladrões e ladras “nas casas dos ricos” ou ao abandono do emprego pelos criados, eram “bem tolas” (BARRETO, 2004, p. 153).

Na perspectiva de Lima Barreto, “a questão da famulagem” fora fruto das mudanças ocorridas ao longo do tempo, da “Revolução”, em suas palavras, que rompeu com as estruturas antigas e feudais. Sem fazer nenhuma referência direta à escravidão – tópica comum nos discursos sobre o assunto, como já se viu –, afirmava que “os criados sempre fizeram parte da família” e que “as suas relações com os patrões só podem ser reguladas entre eles”. Portanto, eram os “chefes de família” quem deveriam regular “a admissão de estranhos no lar”. “A obrigação do dono ou dona de casa que procura um criado, que o põe debaixo do seu teto, é saber quem ele é; o resto não passa de opressão do governo sobre os humildes, para servir à comodidade burguesa” (BARRETO, 2004, p. 153).

No que se refere à questão da regulamentação do trabalho doméstico, o cronista Lima Barreto acreditava, portanto, que as relações de trabalho doméstico deveriam se dar no âmbito privado, sem a interferência dos poderes públicos. E essa

não era uma opinião solitária naquele contexto, tampouco a primeira a ser dada nesse sentido. Desde o início das tentativas para se criar regulamentos para o exercício da profissão de criado de servir, ainda nos anos 1880, surgiram vozes em defesa dos interesses senhoriais, como as de vereadores municipais e as de conselheiros de Estado, por exemplo, que afirmavam serem as regras para o trabalho doméstico um atentado contra o direito privado de “cada um ter em sua casa e ao seu serviço a quem lhe aprouver e merecer sua confiança”²⁷. Mesmo que esse não fosse o sentido dado por Lima Barreto, tal argumento fora muito utilizado pelos senhores de escravos que não admitiam a intervenção de autoridades públicas no âmbito privado do lar. Seja como for, para o cronista, a execução de um regulamento para o serviço doméstico seria, nada menos do que “a coação autoritária” dos representantes do governo republicano, visando lucros e formas de controle social. Além de ser esse um mecanismo que restringiria o acesso ao emprego para aqueles que não possuíam recursos e precisavam trabalhar para sobreviver.

Querem fazer das nossas vidas, dos indivíduos, das almas, uma gaveta de fichas. Cada um tem que ter a sua, para obtê-la, pagar emolumentos, vencer a ronha burocrática, lidar com funcionários arrogantes e invisíveis, como em geral, são os da polícia.

Imagino-me amanhã na mais dura miséria, sem parentes, sem amigos. Sonho fazer-me esquivo e bato à primeira porta. Seria aceito, mas é preciso a ficha.

Vou buscar a ficha e a ficha custa vinte ou trinta mil-réis. Como arranjá-los?

Eis aí as belezas da regulamentação, desse exagero de legislar, que é o característico da nossa época (BARRETO, 2004, p. 153).

Ao que parece, como arguto observador e denunciador de desigualdades sociais, bem como das arbitrariedades do governo republicano, Lima Barreto questionava a regulamentação do serviço doméstico, visando apontar um de seus maiores problemas: o risco de se estigmatizar uma categoria de trabalhadores, que, como ele mesmo dizia, já era constituída por “desgraçados”, que, com a execução das propostas de regulamentos, ficaram em “situação ainda mais dolorosa”.

Toda a gente sabe a que doloroso resultado tem chegado semelhante mania. Inscrito um tipo nisto ou naquilo, ele está condenado a não sair dali, a ficar na casta ou na classe, sem remissão nem agravo.

Deixemos esse negócio entre patrões e criados, e não estejamos aqui a sobrecarregar a vida dos desgraçados com exigências e regulamentos que os condenarão toda a sua vida à sua lamentável desgraça (BARRETO, 2004, p. 154).

Mais uma vez, Lima Barreto se juntava aos críticos da imposição de regulamentos para atuação dos criados de servir na capital. Desde que começaram os debates sobre os projetos para a regulamentação do serviço doméstico, vários vereadores e intendentes municipais se posicionaram contra as propostas – além, é claro, dos próprios trabalhadores domésticos. Em 1895, quando da discussão da criação da matrícula geral, por exemplo, um intendente afirmava que “a classe dos criados não deve ser colocada em posição inferior às outras. Isso é uma nova escravidão. É preciso que o Conselho Municipal em plena República não trate da regulamentação de criados” (ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL, 1895, p. 136-137). Pode-se assim supor que Lima Barreto fazia coro aos que reconheciam a questão da regulamentação do serviço doméstico como uma estratégia de criação de mecanismos de controle social, que no fundo não passavam de uma reatualização de antigas formas de dominação sobre grupos sociais subalternos. Daí, provavelmente, a conclusão dada para a crônica ao fazer menção à regulamentação da prostituição na França²⁸: “Os senhores conhecem a regulamentação da prostituição em Paris? Os senhores conhecem o caso de Mme Comte? Oh! Meu Deus!” (BARRETO, 2004, p. 153).

Como é possível perceber, a leitura de Lima Barreto sobre a “questão da famulagem” se apresentava completamente diferente da visão de outros cronistas cariocas que trataram do tema do serviço doméstico na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Enquanto Arthur Azevedo se mostrava favorável à regulamentação do setor, ainda que em parâmetros mais igualitários para amos e criados; e João do Rio enfocasse a chamada “crise dos criados”, pensando fundamentalmente no caráter dos trabalhadores domésticos; Lima Barreto indagava o próprio sentido da regulamentação. No entanto, ainda que com visões diferenciadas sobre a problemática do

serviço doméstico, que indicam pistas acerca das variadas expectativas existentes no meio intelectual carioca para o futuro do país, aqueles cronistas pareciam coincidir em um ponto: todos eles associavam a questão do trabalho doméstico ao advento da modernidade.

Os problemas na domesticidade como sinais da modernidade²⁹

Nas crônicas publicadas na imprensa carioca no início do século XX sobre o serviço doméstico havia uma associação entre os supostos problemas existentes nos domínios da domesticidade e os chamados “tempos modernos”. Isso apareceu de forma muito evidente nos textos analisados anteriormente, especialmente nas crônicas elaboradas por João do Rio e Lima Barreto. Embora Arthur Azevedo tenha feito pequenas referências nesse sentido, foram os outros dois cronistas analisados que evidenciaram mais diretamente a existência de uma relação entre a “crise dos criados” ou a “questão da famulagem” com o advento da modernidade na sociedade brasileira, em especial na cidade do Rio de Janeiro que se modernizava³⁰.

Sabe-se que o contexto que caracterizou o fim do século XIX e o início do século XX foi marcado por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais no Brasil e nesse processo não foram poucos os intelectuais que, ao viverem um tempo de muitos conflitos e de indeterminações sociais, assumiram para si a “missão” de pensarem e de agirem no sentido de (re)construir a nação brasileira. No que se refere ao(s) mundo(s) do trabalho isso se deu de maneira ainda mais notória e complexa, pois se tratava de apreender as transformações nas relações de produção e os progressos da modernidade capitalista em uma sociedade que se queria burguesa, mas até então fora escravista. Isso sendo feito em um momento histórico em que havia esperanças e expectativas de variados sujeitos históricos, resultantes de múltiplas leituras e projetos de e para a realidade social brasileira. Um tempo em que, como afirmam os historiadores Flávio Gomes e Marcelo Paixão, ainda se desenrolava “um longo processo de emancipação, onde políticas públicas tentaram – entre intolerância e legislação (ou a falta dela) – recortar espaços

e medir os passos de libertos e a população negra em geral” (GOMES; PAIXÃO, 2007/2008, p. 174).

Como parte integrante desse complexo social, encontrava-se o serviço doméstico, setor historicamente ligado à escravidão, em sua modalidade mais antiga e próxima, porque não apenas fonte de exploração familiar de trabalho, mas também forma de controle, *status* e domínio social. Na cidade do Rio de Janeiro, no entre séculos XIX-XX, eram milhares os trabalhadores domésticos, homens e, em sua maioria, mulheres, formados em boa parte por libertos ou descendentes diretos de escravos. Ou seja, o chamado “serviço doméstico” constituía-se um setor ocupacional que representava parte considerável dos trabalhadores cariocas – por ser importante mecanismo de sobrevivência material da população pobre – e presença marcante e histórica no cotidiano da cidade³¹. Daí se tornarem alvo de preocupações e de incertezas por parte de grupos sociais dominantes, dirigentes e intelectuais quando se anunciou o fim definitivo do sistema escravista. Era fato patente que o setor passaria por mudanças com o rompimento dos laços escravistas nas relações de trabalho.

Partilhando da crença de que deviam e poderiam intervir na realidade social em que viviam, alguns conhecidos intelectuais cariocas buscaram apreender as transformações que se anunciavam no trabalho doméstico. Para eles, não havia dúvidas de que tais mudanças eram um dos signos da modernidade em terras brasileiras. Tanto é assim que associações com problemas semelhantes em outros países não eram raras. O Brasil seria apenas mais uma nação a enfrentar os desafios da modernidade, os quais não se mostravam apenas em processos como o crescimento e o desenvolvimento urbano, mas atingia costumes, tradições, valores e práticas sociais, ainda mais em uma sociedade de passado colonial e escravista.

Certamente, apreender essas mudanças não foi algo fácil para os intelectuais que se propuseram a fazê-lo. E o serviço doméstico, apesar de ser tema corriqueiro – ou mesmo por isso – era um daqueles assuntos “para lá de espinhosos”. Afinal, muitos daqueles intelectuais conviveram e/ou foram criados por escravos, trazendo em suas memórias, um misto de saudade e de remorsos da escravidão doméstica, como afirmava Arthur Azevedo. Alguns, como Lima Barreto, eram descendentes de escravizados e ainda sofriam com as dificuldades sociais e a

discriminação racial, abominando a atualização – em versão capitalista – de velhas formas de exploração e de dominação social. Outros saudavam o progresso, ainda que identificassem seus problemas e suas mazelas, mas o faziam com um olhar, por vezes, extremamente conservador, eivado de certo saudosismo, tal como João do Rio.

Assim como outros tantos temas que estiveram na pauta de discussões e análises de intelectuais do período, o serviço doméstico foi alvo de diferenciadas leituras. Interpretações diversas, mas que, no entanto, traziam em comum a identificação dos sinais das mudanças e das permanências nos novos tempos. Uma das grandes questões a ser enfrentada talvez fosse o que fazer com essas contradições advindas da modernidade. Dever-se-ia ou não buscar mecanismos que atenuassem seus impactos? Era fato que a modernidade, vestida pela capa de “progresso” e de “civilização” de conteúdo burguês, poderia ser louvável, mas ela tinha altos custos sociais, principalmente para as classes trabalhadoras. E isso foi apreendido, de diferentes maneiras, por cronistas como João do Rio, Lima Barreto, Arthur Azevedo, Machado de Assis, Júlia Lopes de Almeida, Gil, entre tantos outros intelectuais cariocas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marta. Arthur Azevedo (verbete). In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

AGCRJ. *Códices* (2589) 48-4-56 e (2927) 50-1-47.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1906.

ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1893.

ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL. Rio de Janeiro: Tipografia do *Jornal do Commercio*, 1895.

ANDERSON, Perry. Modernidade e revolução. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 14, p. 1-15, fev. 1986.

ASSIS, Machado de. A semana. In: *Obra completa de Machado de Assis*. vol. III. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. vols. 1 e 2. (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.

BARRETO, Lima. Conhecem? In: RESENDE, Beatriz; VALENÇA, Rachel (org.). *Toda crônica: Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Agir, 2004. p. 153-154.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas, v. 3).

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLETIM DA INTENDÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores da Belle Époque*. 2ª ed. São Paulo: UNICAMP, 2001.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (Org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 95-122.

CIDADE DO RIO, Rio de Janeiro, 01 set. 1893; 06 set. 1893; 07 set. 1893; 09 set. 1893; 11 set. 1893; 12 set. 1893; 13 set. 1893; 18 set. 1893.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

ENGEL, Magali Gouveia. Júlia Lopes de Almeida (1862-1934): uma mulher fora de seu tempo? *La manzana de la discórdia*, Cali, año 2, n. 8, p. 25-32, 2009.

ENGEL, Magali Gouveia. Modernidade, dominação e resistência: as relações entre capital e trabalho sob a ótica de João do Rio. *Tempo*, Niterói, n. 17, p. 53-78, jul. 2004.

ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004.

GARZONI, Leric de Castro. História social e gênero: investigando os sentidos do trabalho doméstico no início do século XX. In: *Anais do XXI Encontro Nacional de História*, ANPUH-SP, Campinas, SP, set. 2012.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 09 abr. 1893.

GOMES, Ângela de Castro. *Essa gente do Rio...* Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Flavio; PAIXÃO, Marcelo. Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 4, 2007/2008, p. 171-194.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1992.

JOÃO DO RIO. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. “Amas mercenárias”: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p. 305-324.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUMAR, Krishan. Modernidade (verbete). In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

NEVES, Margarida de Souza. História da crônica, crônica da história. In: RESENDE, Beatriz (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995. p. 15-31.

O PAIZ, Rio de Janeiro, 25 jan. 1904.

RESENDE, Beatriz. Rio de Janeiro, cidade da crônica. In: _____ (org.). *Cronistas do Rio*. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995. p. 33-55.

RONCADOR, Sônia. *A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)*. Brasília: UNB, 2008.

NOTAS

¹ O termo “criado de servir” é encontrado na documentação da época num sentido que visa denominar os trabalhadores domésticos, que incluíam não só os empregados nos domicílios, mas também aqueles que desempenhavam funções em estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços da cidade. Entre as especialidades de “domésticos” estariam cozinheiros e ajudantes; copeiros; lavadeiras e engomadeiras; jardineiros e hortelãos; criados de quarto, camareiras e moços de hotel, cafés, casas de pasto ou hospedarias; mucamas e pajens; amas de leite e amas-secas; cocheiros particulares e seus auxiliares.

² Exemplos de discursos desse tipo podem ser encontrados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), Códices (2589) 48-4-56 e (2927) 50-1-47.

³ Em pesquisa realizada sobre assunto, na documentação municipal da cidade do Rio de Janeiro, foram encontrados, para os anos 1881 e 1895, dezenove projetos e/ou propostas nesse sentido.

⁴ Tais expressões foram encontradas em documentos diversos consultados em pesquisa sobre o assunto.

⁵ Trata-se dos Decretos nº 284, de 15 de junho de 1896 (que criou a matrícula geral do serviço doméstico) e o de nº 45, de 24 de outubro de 1896 (que estabeleceu o regulamento para a matrícula), ambos assinados pelo prefeito Francisco Furquim Werneck de Almeida. *BOLETIM DA INTENDÊNCIA DA CAPITAL FEDERAL*, 1897, p. 15-19; 38.

⁶ Sobre os principais jornais cariocas do período, ver Barbosa (1996).

⁷ A partir dos anos 1880, a vinculação do serviço doméstico com a questão da regulamentação tornou o assunto atual. Tanto que a imprensa foi vista como um espaço a ser utilizado não só por aqueles que apresentavam críticas à prestação de serviços domésticos e eram a favor da implementação de regulamentos para os criados; como pelos próprios trabalhadores domésticos e seus porta-vozes.

⁸ Alguns exemplos podem ser encontrados em: *O Paiz*, 09 mar. 1900, p. 2; 24 mar. 1907, p. 1; 10 jul. 1910, p. 5; 06 jan. 1911, p. 1; 17 jan. 1911, p. 6; 19 abr. 1911, p. 5; 15 fev. 1912, p. 3; *Correio da Manhã*, 18 out. 1906, p. 3; 03 abr. 1916, p. 3.

⁹ Sendo um dos mais conhecidos nomes da presença feminina no campo intelectual brasileiro entre fins do século XIX e início do século XX, Júlia Lopes de Almeida (1862-1934) publicou, inicialmente, a maioria dos seus romances na forma de folhetins, como os divulgados no *Jornal do Commercio* e na *Gazeta de Notícias*. (cf. ENGEL, 2009, p. 27).

¹⁰ A noção de “intelectuais cariocas” foi proposta pela historiadora Ângela Castro Gomes para pensar setores da intelectualidade brasileira (fosse artística e/ou científica) nas primeiras décadas do século XX (cf. GOMES, 1999, p. 10-11).

¹¹ A própria Júlia Lopes de Almeida escreveu crônicas sobre o tema. Uma das mais emblemáticas, por tratar diretamente da “crise” existente no serviço doméstico, é a crônica intitulada “Por quê?”, publicada no *Livro das donas e donzelas*. Nesta crônica, a escritora noticia o suicídio de uma dona de casa que deixa uma nota de despedida justificando sua morte, que se dera por não poder mais suportar seus empregados. Neste texto, Almeida apresenta muitas das visões de época acerca dos criados de servir. A empregada doméstica é vista como uma “inimiga que faz tudo o que pode para atormentar as nossas horas”; uma “praga”, cuja “estupidez, ignorância, preguiça ou má vontade” pode levar as donas de casa “ao desejo de fugir dessa vida para outra”. (cf. ALMEIDA, 1906, p. 63).

¹² Considerada durante muito tempo como um gênero literário menor, a crônica constitui-se, basicamente, de uma modalidade da literatura urbana, ligada ao dia-a-dia, ao efêmero, ao polêmico e ao imediato, apesar das suas diversas possibilidades e dos seus múltiplos aspectos. Geralmente, apresenta-se em uma linguagem mais leve, solta, próxima do coloquial, em um tom de diálogo com o leitor. No Brasil, o gênero tem suas origens ainda no século XIX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro – por sua capitalidade – tendo como veículo privilegiado de expressão os jornais e as revistas – que, em alguns momentos, tiveram o seu perfil definido de acordo com os cronistas que neles colaboravam (cf. RESENDE, 1994, p. 41). Para o estudo dessas crônicas e das relações entre literatura e história, inspira-se aqui nos trabalhos de: Neves, (1994, p. 17; 22-25); Chalhoub; Pereira, (1998, p. 7).

¹³ No jornal *O Paiz*, em abril de 1911, charges sobre o serviço doméstico foram publicadas, em primeira página, e o título desse espaço era “actualidades”. (Cf. *O PAIZ*, 1911, p. 1).

¹⁴ Nascido no Rio de Janeiro, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) foi jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo. Atuou na imprensa carioca desde meados do século XIX, sendo também funcionário público, desde os anos 1870, quando se tornou oficial da secretaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras públicas. Teve sua obra publicada pela editora Garnier e foi Membro da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/machado-de-assis>>. Acessado em: 01 jun. 2017.

¹⁵ Embora essa crônica não tenha assinatura, sabe-se que ela é de autoria de Machado de Assis por ele ter sido responsável por essa coluna durante quase toda a década de 1890, por ser colaborador da *Gazeta de Notícias* desde 1881. A crônica encontra-se publicada em: Assis (1994, p. 86-88).

¹⁶ Tratava-se do projeto de regulamento proposto pelo intendente João Pereira Lopes, em 3 de abril de 1893, em substituição a um projeto proposto, em março daquele ano, pelo também intendente Carlos Pereira Rego. O projeto proposto por Pereira Lopes, no entanto, era similar a uma proposta de postura que fora apresentada por ele, na condição de vereador, na então Câmara Municipal, em 1885 (ANAIS DO CONSELHO MUNICIPAL, 1893).

¹⁷ Sobre algumas das características da escrita machadiana ver: Chalhoub (1998).

¹⁸ Suspeita-se que o pseudônimo “Gil” fosse usado por Carlos Lenoir, que atuou na imprensa como chargista/caricaturista. Nessa função, começou em 1903, na revista *Avenida*, onde elaborou a famosa série “pontos”, que retratava o perfil de conhecidos personagens da boemia intelectual da cidade na época. E a partir de então colaborou para periódicos como *O Malho*, *Tico-Tico* (o qual foi um dos fundadores), *A Comédia*, *O Teatro*, *Figuras & Figurões* e *Kosmos*. Contudo, encontram-se também algumas crônicas assinadas por Gil em periódicos como a *Gazeta de Notícias* e a revista *Kosmos*. DOM CASMURRO, 1943: 1.

¹⁹ As crônicas foram publicadas no jornal *Cidade do Rio* nas seguintes datas: 01 set. 1893, p. 2; 06 set. 1893, p. 2; 07 set. 1893, p. 2; 09 set. 1893, p. 1; 11 set. 1893, p. 1; 12 set. 1893, p. 1; 13 set. 1893, p. 1; 18 set. 1893, p. 1.

²⁰ Arthur Nabantino Gonçalves de Azevedo (1855-1908) foi autor de contos, de comédias, de operetas e de peças de sucesso e dirigiu revistas e jornais literários, como *A Gazetinha* e *Pena e Lápis*. É um dos principais responsáveis pela introdução do teatro musicado no Brasil, dedicando-se ao fortalecimento do “teatro brasileiro”, especialmente dos espetáculos de revista. Seu prestígio lhe rendeu o ingresso na Academia Brasileira de Letras em 1897 (cf. ABREU, 2002, p. 57).

²¹ A expressão suspeição generalizada foi utilizada pelo historiador Sidney Chalhoub em discussão sobre as relações entre os conceitos de “classes pobres” e “classes perigosas”. (CHALHOUB, 1996, p. 24). Ver também nota 25 deste texto.

²² Sobre trabalhos científicos ligados ao tema do “serviço doméstico” destacam-se os estudos sobre as amas de leite mercenárias (KOUTSOUKOS, 2009).

²³ João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Barreto (1881-1921) seguiu carreira na imprensa, começando na folha *Cidade do Rio*. Em 1903, passou a atuar na *Gazeta de Notícias*, onde começou a utilizar o pseudônimo “João do Rio”. Tornou-se conhecido jornalista (autor de reportagens famosas como “As Religiões do Rio”) e um escritor de sucesso, publicando obras pela Garnier e em refinados periódicos como a revista *Kosmos*. Foi figura controversa nos meios intelectuais, sofreu discriminação por ser mulato e homossexual, mas conviveu com o sucesso e o reconhecimento, ingressando na Academia Brasileira de Letras aos 30 anos de idade. (ENGEL, 2004, p. 2; 4-5).

²⁴ Esta crônica encontra-se também publicada sob o título “A crise dos criados”, em João do Rio (1911, p. 99-112).

²⁵ Segundo Sidney Chalhoub, a expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, em estudos ingleses e franceses da década de 1840 sobre criminalidade. No Brasil, este conceito ganhou maior repercussão por volta dos anos 1880, em especial nos debates parlamentares sobre a abolição da escravidão e as medidas de repressão à ociosidade (CHALHOUB, 1996, p. 20-29). Vale lembrar que essas representações negativas acerca dos trabalhadores domésticos se aproximam muito das imagens do trabalhador nacional, livre ou liberto, como vadio e inapto para o trabalho organizado e regular, tal como discutido por Lúcio Kowarick. (cf. KOWARICK, 1987, p. 109-116).

²⁶ Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) colaborou para jornais e revistas cariocas visando complementar a renda oriunda dos poucos recursos do cargo de amanuense da Secretaria de Guerra. Porém, através da sua participação em periódicos, tornou-se um dos melhores cronistas de sua época, fazendo da literatura um instrumento para a sua atuação social. Em suas obras encontram-se muitos traços biográficos e elementos de crítica e de denúncia de desigualdades raciais e de classe, assim como as arbitrariedades dos primeiros governos republicanos. (ENGEL, 2004, p. 3; 5-7).

²⁷ Esse assunto foi matéria de discussão nos anos 1881 e 1882 quando esteve em discussão na Câmara Municipal da Corte um dos primeiros projetos para a regulamentação do serviço doméstico, que fora proposto por autoridades policiais.

²⁸ Desde meados do século XIX, foram aprovadas medidas regulamentadoras da prostituição em várias cidades europeias, como Paris e Londres. Geralmente, essas legislações obrigavam as prostitutas a se registrar na polícia e a se submeter a exames médicos periódicos. Sobre a questão da prostituição no Rio de Janeiro, ver: Engel (2004).

²⁹ O uso do conceito de contraste de modernidade tem como referência geral a noção de “modernidade capitalista”, cuja base fundamental se encontra no pensamento de Karl Marx e Friedrich Engels e que em termos históricos concretos corresponderia ao chamado período do capitalismo industrial e da emergência de sociedades burguesas. Sobre usos e críticas ao conceito de modernidade considera-se, entre outros: Kumar (1996, p. 473-474); Berman (1986, p. 15-16); Anderson (1986).

³⁰ Como quando Lima Barreto se perguntava: “Eu não sei que mania se meteu na *nossa cabeça moderna* de que todas as dificuldades da sociedade se podem obviar mediante a promulgação de um regulamento executado mais ou menos pela coação autoritária de representantes do governo”. Ou quando João do Rio afirmava: “Ora, a crise dos criados explica de um modo absoluto a *vertigem de progresso* de um povo jovem e só por esse *progresso* pode ser explicada” [...] “O Brasil apresenta a crise do criado como uma *prova pletora de progresso*” (grifos meus).

³¹ Segundo os dados apresentados nos censos de 1872, 1890 e 1906, para a cidade do Rio de Janeiro, os trabalhadores domésticos compunham uma das maiores esferas ocupacionais em termos numéricos, uma vez que os dados do setor ficavam abaixo apenas dos conjuntos formados por aqueles que não possuíam profissão definida ou realizavam atividades não classificadas nos censos. Além disso, o serviço doméstico empregava, ainda que com particularidades – como a predominância das mulheres –, grande variedade de trabalhadores, fossem eles escravizados ou libertos, nacionais ou estrangeiros, crianças, jovens, adultos ou idosos.

Abstract

The servants’ problem or the “famulagem” question: the domestic service from the perspective of Rio chroniclers in the early twentieth century

The purpose of this paper is to recover some chronicles that were about the domestic service in Rio de Janeiro city, which were published in the press at the turn of the nineteenth to the twentieth century. Particularly, it is to analyze three chronicles produced by Arthur Azevedo, João do Rio and Lima Barreto in the early years of the twentieth century. It is proposed then to reflect on how the issue of labor and domestic workers, that earned more and more space in discussions of certain social groups, was published in the press and treated by some segments of the Rio intelligentsia in a context marked by profound social transformations arising especially from the end of slavery and the emergence of modernity in Brazilian society.

Keywords: *domestic service; chronicles and chroniclers; Rio de Janeiro city; the XIX-XX centuries.*